

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2023, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,0 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2022, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 6,1%.

A CPFL Paulista, em 2023, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, na categoria Responsabilidade Socioambiental, para as empresas com mais de 500 mil consumidores. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Tarifas de energia elétrica

Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023:

Em 4 de abril de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.183, a ANEEL homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2023, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 3,36%, sendo 1,08% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 2,28% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 0,89% e da Parcela B de 0,19%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 4,89%, sendo de 5,44%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,60%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 5,0 milhões de clientes, com acréscimo de 82 mil consumidores, representando um crescimento de 1,7%.

Vendas de energia

Em 2023, as vendas para o mercado cativo totalizaram 19.723 GWh, um crescimento de 1,2% em relação a 2022.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2023 foi de 54,0% para a classe residencial, 18,2% para a classe comercial e 8,5% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- **Classe Residencial:** crescimento de 6,1%, devido a maiores temperaturas registradas no período, a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2023, quando comparado ao ano de 2022. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- **Classe Comercial:** redução de 2,1%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre;

- **Classe Industrial:** redução de 9,0%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre, além do incremento de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída).

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023, incluída na linha de “Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas” da nota explicativa de “Receita Operacional”.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2023 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, um aumento de 3,4 pontos (4,5%) em relação ao resultado de 2022, e que manteve a empresa acima da média nacional, que foi de 72,5 pontos, e a colocou na 6ª posição no ranking nacional da categoria, duas posições acima em relação ao ano anterior.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2023, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,13 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,26 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 22.475 milhões em 2023, representando um crescimento de 4,7% (R\$ 1.006 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de R\$ 852 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um passivo de R\$ 103 milhões para um ativo de R\$ 749 milhões; (ii) de 3,5% (R\$ 533 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (iii) de 14,4% (R\$ 487 milhões) em outras receitas; parcialmente compensados pelas seguintes reduções: (iv) de 22,7% (R\$ 465 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (v) de 44,9% (R\$ 334 milhões) de atualização do ativo financeiro da concessão; e (vi) de 24,2% (R\$ 68 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 7.648 milhões em 2023, representando um aumento de 16,4% (R\$ 1.077 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 14.827 milhões em 2023, representando uma redução de 0,5% (R\$ 72 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA foi de R\$ 3.475 milhões, representando um aumento de 18,2% (R\$ 534 milhões), devido as seguintes reduções: (i) de 22,7% (R\$ 465 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (ii) de 13,1% (R\$ 242 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 11,8% (R\$ 57 milhões) nas despesas com pessoal;

- ✓ Redução de 4,0% (R\$ 5 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 11,1% (R\$ 52 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 34,9% (R\$ 195 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 62,9% (R\$ 152 milhões) em entidade de previdência privada.

Esta variação foi parcialmente compensada pelo aumento de 1,3% (R\$ 102 milhões) nos custos com energia elétrica, além da redução de 0,5% (R\$ 72 milhões) na receita operacional líquida.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2023	2022
Lucro Líquido	1.544.447	707.238
Amortização	421.252	380.320
Resultado Financeiro	761.541	1.247.662
Contribuição Social	200.584	157.457
Imposto de Renda	547.316	448.542
EBITDA	3.475.141	2.941.219

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro Líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 1.544 milhões em 2023, representando um aumento de 118,4% (R\$ 837 milhões), refletindo principalmente o crescimento de 18,2% no EBITDA (R\$ 534 milhões) e a redução de 39,0% (R\$ 486 milhões) nas despesas financeiras líquidas, devido ao efeito extraordinário referente a extinção dos processos fiscais do “Plano de Pensão”, que em 2022 gerou impacto negativo de R\$ 911 milhões nas despesas financeiras. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 23,4% (R\$ 142 milhões) no imposto de renda e contribuição social; e (ii) de 10,8% (R\$ 41 milhões) em amortização.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 9.545 milhões, representando um aumento de 1,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 1.552 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade”, “Assédio moral e

tratamento desrespeitoso”, “Assédio sexual e importunação sexual”, e “Código de Conduta Ética para fornecedores”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2023 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 4.400 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando cerca de 474 mil pessoas; **(iii)**

CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional): foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 13 mil espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas, uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exhibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; **(vi) Voluntariado:** o programa atendeu 12 ONGs ao longo do ano; e **(vii) Eficiência energética (0,5% da ROL):** em 2023 foram investidos mais de R\$ 71,6 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 11,2 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 1.994 clientes; (b) substituição de 72.250 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED) e 2.500 trocadores de calor. Também executamos (c) projeto educacional que capacitou 14.395 alunos e 724 professores do ensino fundamental com a execução sobre o uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 1,5 milhões. Além disso, tivemos (d) a realização de projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 19.943 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 13,0 milhões, e por fim, (e) investimento de R\$ 36,1 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 1.155 colaboradores da base ativa. Foram 3.828 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 12 turmas, 322 participantes, 213 aprovados e 177 contratados.

Rede de Valor: em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Licença de software e prestação de serviços de suporte técnico

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.485.637	1.251.307
Títulos e valores mobiliários	6	199.364	600.000
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.599.803	1.996.551
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	416.772	364.549
Outros tributos a compensar	8	160.874	235.090
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.044.385	788.042
Derivativos	32	6.202	143.474
Ativo financeiro setorial	9	145.073	146.971
Estoques		14.957	19.519
Outros ativos	12	588.394	434.288
Total do circulante		6.661.460	5.979.791
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	71.285	70.426
Depósitos judiciais	21	116.431	108.914
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.101	2.101
Outros tributos a compensar	8	261.015	276.088
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.867.547	3.125.496
Ativo financeiro setorial	9	53.791	33.936
Derivativos	32	99.865	63.947
Ativo financeiro da concessão	11	9.148.138	7.772.666
Outros ativos	12	37.481	10.397
Ativo contratual	13	1.056.325	704.103
Intangível	14	1.634.791	1.852.005
Total do não circulante		14.348.770	14.020.078
Total do ativo		21.010.229	19.999.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	15	1.583.128	1.401.204
Empréstimos e financiamentos	16	1.149.812	1.861.294
Debêntures	17	279.250	260.095
Entidade de previdência privada	18	429.799	451.846
Taxas regulamentares	19	53.909	30.347
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	193.225	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	599.639	141.833
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	35.360	168.157
Obrigações estimadas com pessoal		56.569	52.304
Derivativos	32	-	18.228
Passivo financeiro setorial	9	196.518	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	1.016.667	581.689
Outras contas a pagar	22	569.408	620.402
Total do circulante		6.163.285	5.587.399
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	3.112.185	3.140.870
Debêntures	17	4.851.484	4.336.384
Entidade de previdência privada	18	696.556	1.017.976
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	44.502	40.319
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	925.899	1.007.138
Débitos fiscais diferidos	10	245.978	124.066
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	291.777	209.080
Derivativos	32	258.734	14.350
Passivo financeiro setorial	9	168.712	92.155
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	1.990.792	3.194.856
Outras contas a pagar	22	31.117	41.596
Total do não circulante		12.617.737	13.218.792
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		1.378.272	1.360.797
Reserva de capital		74.343	91.818
Reserva legal		275.653	272.158
Reserva de lucros a realizar		755.233	484.672
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		655.724	264.972
Dividendo		445.406	-
Resultado abrangente acumulado		(1.355.427)	(1.280.740)
Total do patrimônio líquido		2.229.206	1.193.678
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.010.229	19.999.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	25	14.826.825	14.898.408
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(8.158.621)	(8.057.034)
Custo com operação		(1.113.429)	(1.211.516)
Amortização		(370.288)	(326.821)
Outros custos com operação	27	(743.141)	(884.696)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(1.580.453)	(2.045.157)
Lucro operacional bruto		3.974.323	3.584.701
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(369.451)	(360.765)
Amortização		(2.296)	(2.345)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(137.176)	(137.577)
Outras despesas com vendas	27	(229.979)	(220.843)
Despesas gerais e administrativas		(499.301)	(612.391)
Amortização		(48.668)	(51.154)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(450.632)	(561.237)
Outras despesas operacionais		(51.683)	(50.646)
Outras despesas operacionais	27	(51.683)	(50.646)
Resultado do serviço		3.053.889	2.560.898
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		832.285	847.898
Despesas financeiras		(1.593.826)	(2.095.560)
		(761.541)	(1.247.662)
Lucro antes dos tributos		2.292.348	1.313.236
Contribuição social		(200.584)	(157.457)
Imposto de renda		(547.316)	(448.542)
		(747.901)	(605.999)
Lucro líquido do exercício		1.544.447	707.238
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	1,75	0,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.544.447	707.238
Outros resultados abrangentes	(74.687)	263.192
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(74.222)	266.519
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(465)	(3.327)
Resultado abrangente do exercício	<u>1.469.760</u>	<u>970.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.343.323	109.293	237.550	264.972	-	1.139.828	(1.543.932)	-	1.551.033
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	707.238	707.238
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	266.519	-	266.519
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(3.327)	-	(3.327)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	34.609	-	-	-	-	(34.609)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	484.672	-	-	(484.672)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(1.139.828)	-	-	(1.139.828)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(55.957)	(55.957)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(132.000)	(132.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.360.797	91.818	272.158	264.972	484.672	-	(1.280.740)	-	1.193.678
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.544.447	1.544.447
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(74.222)	-	(74.222)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(465)	-	(465)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	270.562	-	-	(270.562)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	655.724	-	-	-	(655.724)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário - AGE 20/06/2023	-	-	-	(264.972)	-	-	-	-	(264.972)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	445.406	-	(445.406)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(169.260)	(169.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.378.272	74.343	275.653	655.724	755.233	445.406	(1.355.427)	-	2.229.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos	2.292.348	1.313.236
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	421.252	380.320
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	135.593	82.091
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.176	137.577
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	644.937	839.981
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	89.664	241.519
Perda (ganho) na baixa de não circulante	46.410	47.753
Outros	-	382.053
	3.767.380	3.424.530
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(741.506)	(64.955)
Tributos a compensar	1.309.938	212.064
Depósitos judiciais	1.467	233.045
Ativo financeiro setorial	59.854	547.976
Contas a receber - CDE	(103.808)	(12.305)
Outros ativos operacionais	33.910	482.846
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	181.924	(428.090)
Outros tributos e contribuições sociais	258.573	(558.721)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(431.960)	(429.617)
Taxas regulamentares	23.562	243
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(73.470)	(56.818)
Passivo financeiro setorial	(767.210)	64.499
Outros passivos operacionais	(142.069)	(494)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	3.376.586	3.414.204
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(702.941)	(449.277)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(508.954)	(734.650)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.164.691	2.230.277
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(616.575)	(751.665)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	1.013.938	137.828
Adições de ativo contratual	(1.551.792)	(2.032.299)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.154.429)	(2.646.136)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.851.000	5.040.870
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.045.451)	(2.379.241)
Liquidação de operações com derivativos	(39.842)	(45.983)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(541.640)	(1.171.088)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(775.933)	1.444.558
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	234.329	1.028.698
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.251.307	222.610
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.485.637	1.251.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
1 - Receita	22.337.605	21.331.619
1.1 Receita de venda de energia e serviços	20.896.984	19.426.745
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.577.798	2.042.451
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(137.176)	(137.577)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(11.724.238)	(12.051.976)
2.1 Custo com energia elétrica	(9.128.707)	(9.017.210)
2.2 Material	(1.068.942)	(1.279.932)
2.3 Serviços de terceiros	(1.020.736)	(1.218.005)
2.4 Outros	(505.852)	(536.829)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	10.613.368	9.279.644
4 - Retenções	(422.755)	(382.090)
4.1 Amortização	(422.755)	(382.090)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	10.190.613	8.897.554
6 - Valor adicionado recebido em transferência	856.276	886.836
6.1 Receitas financeiras	856.276	886.836
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	11.046.889	9.784.390
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	627.058	732.982
8.1.1 Remuneração direta	307.901	280.646
8.1.2 Benefícios	294.484	429.720
8.1.3 F.G.T.S	24.674	22.616
8.2 Impostos, taxas e contribuições	7.265.618	6.226.429
8.2.1 Federais	4.510.550	3.939.481
8.2.2 Estaduais	2.743.474	2.276.855
8.2.3 Municipais	11.594	10.092
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.609.766	2.117.741
8.3.1 Juros	1.608.610	2.116.819
8.3.2 Aluguéis	1.156	922
8.4 Remuneração de capital próprio	1.544.447	707.238
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	169.260	132.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	445.406	55.957
8.4.3 Lucros retidos	929.781	519.281
	11.046.889	9.784.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,0 milhões de consumidores.

1.1 Mudanças climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da

concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1))

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima.

Para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada para 2024.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base

para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos bancários	116.926	44.944
Aplicações financeiras	<u>1.368.710</u>	<u>1.206.363</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	9.644	-
Títulos de crédito privado (b)	1.173.907	1.206.363
Fundos de investimento (c)	<u>185.159</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.485.637</u>	<u>1.251.307</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 1.123.967 (R\$ 804.068 em 31 de dezembro de 2022) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 49.940 (R\$ 402.295 em 31 de dezembro de 2022), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,07% do (“CDI”) (100,23% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 98,45% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Através de fundos de investimentos (a)	199.364	-
Aplicação direta (b)	-	600.000
Total	<u>199.364</u>	<u>600.000</u>

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 199.364, cuja remuneração equivalente, na média de 98,45% do CDI.
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 100% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	590.132	446.170	68.087	1.104.390	789.435
Industrial	46.440	27.431	32.876	106.747	113.725
Comercial	122.641	66.405	13.912	202.958	140.820
Rural	39.746	14.721	3.999	58.466	51.124
Poder público	56.191	12.385	2.617	71.193	45.163
Iluminação pública	69.366	4.825	2.732	76.924	64.420
Serviço público	41.703	12.519	15.627	69.849	53.017
Faturado	966.220	584.458	139.850	1.690.527	1.257.705
Não faturado	935.894	-	-	935.894	738.623
Parcelamento de débito de consumidores	100.026	24.299	28.024	152.349	163.173
Operações realizadas na CCEE	5.416	-	-	5.416	38.864
Concessionárias e permissionárias	3.374	-	-	3.374	3.797
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(4.595)	-	-	(4.595)	(5.356)
Outros	14	-	-	14	18
	2.006.347	608.757	167.874	2.782.978	2.196.824
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(183.175)	(200.272)
Total				2.599.803	1.996.551
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	71.285	-	-	71.285	65.422
Operações realizadas na CCEE	-	-	-	-	5.003
Total	71.285	-	-	71.285	70.426

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2021	(215.766)	(9.001)	(224.767)
Provisão revertida (constituída) líquida	(239.647)	199	(239.448)
Recuperação de receita	101.871	-	101.871
Baixa de contas a receber provisionadas	153.270	-	153.270
Saldo em 31/12/2022	(200.272)	(8.802)	(209.074)
Provisão revertida (constituída) líquida	(208.965)	220	(208.745)
Recuperação de receita	71.569	-	71.569
Baixa de contas a receber provisionadas	154.493	-	154.493
Saldo em 31/12/2023	(183.175)	(8.582)	(191.758)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	90.649
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	259.380
Imposto de renda e contribuição social a compensar	416.772	14.520
Imposto de renda e contribuição social a compensar	416.772	364.549
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	11.732	4.448
ICMS a compensar	119.177	214.475
Programa de integração social - PIS	7.973	11.836
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.854	4.205
Outros	138	125
Outros tributos a compensar	160.874	235.090
Total circulante	577.647	599.639
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	556	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	1.545	1.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.101	2.101
ICMS a compensar	166.711	165.838
Outros	94.304	110.250
Outros tributos a compensar	261.015	276.088
Total não circulante	263.116	278.189

Antecipações de Contribuição social – CSLL e Imposto de renda – IRPJ – refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2022.

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2021 e 2022.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. O aumento na utilização mensal dos créditos deve-se a suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica (nota 25.5).

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	186.296	138.062
COFINS sobre ICMS	858.089	649.980
Total circulante	1.044.385	788.042
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	333.240	560.028
COFINS sobre ICMS	1.534.307	2.565.468
Total não circulante	1.867.547	3.125.496
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.016.667	581.689
Total circulante	1.016.667	581.689
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.990.792	3.194.856
Total não circulante	1.990.792	3.194.856

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir um ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira no reajuste tarifário de abril de 2023 houve novo repasse no montante de R\$ 1.007.900 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 3.007.459 (R\$ 3.776.545 em 31 de dezembro de 2022).

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2023 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 1.919.754, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.911.932 (R\$ 3.913.538 em 31 de dezembro de 2022).

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2022			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento		Saldo em 31/12/2023	
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total	
Parcela "A"	(345.192)	255.371	(89.821)	84.703	162.048	(19.049)	-	(41.389)	206.872	(110.379)	96.492
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(201.162)	22.721	(178.441)	9.351	147.715	1.517	-	(41.389)	7.330	(68.579)	(61.248)
Custos energia elétrica	(713.935)	(235.659)	(949.594)	(428.211)	891.294	(79.240)	-	-	(328.987)	(236.763)	(565.751)
ESS e EER (***)	(443.814)	165.508	(278.306)	183.526	188.683	(35.843)	-	-	157.526	(99.465)	58.061
Proinfa	3.491	13.453	16.944	(17.809)	(2.369)	(1.116)	-	-	(1.415)	(2.935)	(4.351)
Rede básica	187.253	10.350	197.603	309.517	(189.906)	31.693	-	-	290.496	58.410	348.906
Repasso de Itaipu	188.437	320.143	508.580	(249.301)	(446.989)	17.637	-	-	(235.675)	65.602	(170.073)
Transporte de Itaipu	16.219	119	16.338	46.072	(15.647)	3.103	-	-	44.688	5.178	49.866
Neutralidade dos encargos setoriais	(112.115)	(14.318)	(126.434)	(171.402)	124.280	(4.570)	-	-	(137.213)	(40.913)	(178.126)
Sobrecontratação	730.587	(26.946)	703.641	403.018	(535.013)	47.769	-	-	410.330	209.085	619.415
Bandeira Tarifária Faturada	(152)	-	(152)	(56)	-	-	-	-	(208)	-	(208)
Outros componentes financeiros	363.636	(185.064)	178.572	110.010	391.984	64.475	(1.007.900)	-	(135.694)	(127.165)	(262.859)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(247.182)	(247.182)	-	981.768	-	(1.007.900)	-	-	(273.314)	(273.314)
Bandeira de escassez hídrica	464.424	-	464.424	176.897	(513.839)	63.699	-	-	-	191.181	191.181
Outros	(100.788)	62.119	(38.670)	(66.887)	(75.945)	776	-	-	(135.694)	(45.032)	(180.726)
Total	18.444	70.307	88.752	194.713	554.032	45.426	(1.007.900)	(41.389)	71.177	(237.543)	(166.366)
Ativo circulante			146.971								145.073
Ativo não circulante			33.936								53.791
Passivo circulante			-								(196.518)
Passivo não circulante			(92.155)								(168.712)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.183 relativa ao RTP de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 1.007.900. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2023 (nota 8.1); (ii) **Bandeira de escassez hídrica:** Em decorrência da antecipação de um componente financeiro negativo, ocorreu a reversão, homologada na RTP 2023, que estará em amortização até o processo tarifário de 2024,

e (iii) **Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão e (ii) diferimento de ativos regulatórios (Parcela B), entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás:

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2023 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 41.389 foi homologado por meio do Despacho nº 1.120 de 24 de abril de 2023.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	18.117	22.743
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(83.229)</u>	<u>(55.584)</u>
Subtotal	<u>(65.112)</u>	<u>(32.841)</u>
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	50.326	63.175
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(231.192)</u>	<u>(154.400)</u>
Subtotal	<u>(180.866)</u>	<u>(91.225)</u>
Total	<u><u>(245.978)</u></u>	<u><u>(124.066)</u></u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras	27.747	77.075	19.935	55.376
Entidade de previdência privada	-	-	6.438	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.708	49.190	18.817	52.269
Provisão energia livre	9.447	26.242	8.477	23.547
Programas de P&D e eficiência energética	6.507	18.076	8.341	23.168
Provisão relacionada a pessoal	3.557	9.881	2.728	7.578
Marcação a Mercado- Derivativos	(5.365)	(14.902)	2.997	8.324
Marcação a Mercado- Dívidas	(2.562)	(7.117)	(3.131)	(8.698)
Derivativos	17.759	49.331	(18.757)	(52.103)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.000)	(2.778)	(1.255)	(3.487)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(236.397)	(656.660)	(199.503)	(554.174)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	1.012	2.810	1.078	2.995
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	56.745	157.625	76.702	213.061
Marcação a Mercado- Derivativos	-	-	24	68
Marcação a Mercado- Dívidas	-	-	(88)	(244)
Total	(83.229)	(231.192)	(55.584)	(154.400)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2024	103.704
2025	86.444
2026	135.051
2027	355.604
Total	680.804

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023		2022	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.292.348	2.292.348	1.313.236	1.313.236
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.854)	(5.854)	(13.498)	(13.498)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	100.968	100.968	90.581	90.581
Despesa Juros sobre o capital próprio	(169.260)	(169.260)	(132.000)	(132.000)
Transação tributária - contencioso judicial (nota 20)	-	-	455.013	546.527
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.494	(23.301)	22.917	(10.994)
Base de cálculo	2.224.696	2.194.901	1.736.249	1.793.852
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(200.223)	(548.725)	(156.262)	(448.463)
(Provisão) reversão para riscos fiscais	(362)	1.409	(1.194)	(79)
Total	(200.584)	(547.316)	(157.457)	(448.542)
Corrente	(188.208)	(512.935)	(128.808)	(368.961)
Diferido	(12.376)	(34.381)	(28.649)	(79.581)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 46.757 (R\$ 108.230 em 2022) refere-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2022); (ii) diferenças temporárias R\$ 29.282 (R\$ 90.755 em 2022).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023		2022	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(1.172)	(1.172)	(329.306)	(329.306)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	105	293	29.638	82.327
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	19.852	55.143	(13.018)	(36.160)
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	19.957	55.436	16.620	46.167
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	705	705	5.041	5.041
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(63)	(176)	(454)	(1.260)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	19.894	55.260	16.166	44.907

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	5.340.203
Transferência - ativo contratual	1.731.574
Transferência - intangível em serviço	(14.162)
Ajuste ao valor justo	767.121
Baixas	(52.069)
Saldo em 31/12/2022	7.772.666
Transferência - ativo contratual	995.141
Transferência - intangível em serviço	(2.750)
Ajuste ao valor justo	437.743
Baixas	(54.662)
Saldo em 31/12/2023	9.148.138

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2023, o valor das baixas de R\$ 54.662 (R\$ 52.069 em 2022) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 26.861 (R\$ 28.817 em 2022) como à baixa de sua atualização de R\$ 27.801 (R\$ 23.252 em 2022).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - fornecedores	1.299	2.420	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	29.751	24.262	-	-
Ordens em curso	192.141	194.418	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	4.747	11.804	-	-
Despesas antecipadas	74.980	39.699	29.643	6.426
Contas a receber - CDE	199.425	95.616	-	-
Adiantamentos a funcionários	8.760	7.170	-	-
Arrendamentos e alugueis	43.138	36.684	-	-
Outros	42.736	31.016	7.674	3.807
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.582)	(8.802)	-	-
Total	588.394	434.288	37.481	10.397

Ordens em curso – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 28.361 (R\$ 20.104 em 31 de dezembro de 2022) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 165.660 (R\$ 70.642 em 31 de dezembro de 2022) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.404 (R\$ 4.870 em 31 de dezembro de 2022).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2021	831.454
Adições	2.056.764
Transferência - Intangível em serviço	(452.541)
Transferência - Ativo financeiro	<u>(1.731.574)</u>
Saldo em 31/12/2022	704.103
Adições	1.569.565
Transferência - Intangível em serviço	(222.202)
Transferência - Ativo financeiro	<u>(995.141)</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>1.056.325</u>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	1.785.672	1.038	1.786.710
Custo histórico	5.932.746	9.555	5.942.301
Amortização acumulada	(4.147.074)	(8.517)	(4.155.591)
Amortização	(378.990)	(405)	(379.395)
Transferência - ativo contratual	452.373	168	452.541
Transferência - ativo financeiro	14.162	-	14.162
Baixa e transferência - outros ativos	<u>(22.012)</u>	-	<u>(22.012)</u>
Saldo em 31/12/2022	1.851.204	801	1.852.005
Custo histórico	6.205.731	9.723	6.215.454
Amortização acumulada	(4.354.527)	(8.922)	(4.363.449)
Amortização	(420.137)	(302)	(420.439)
Transferência - ativo contratual	222.202	-	222.202
Transferência - ativo financeiro	2.750	-	2.750
Baixa e transferência - outros ativos	<u>(21.727)</u>	-	<u>(21.727)</u>
Saldo em 31/12/2023	1.634.292	499	1.634.791
Custo histórico	6.258.381	9.723	6.268.104
Amortização acumulada	(4.624.089)	(9.224)	(4.633.313)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2023 foram capitalizados R\$ 16.271 (R\$ 22.695 em 2022), a uma taxa média de 7,38% a.a. (7,13% a.a. em 2022) (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi

baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de serviço do sistema	34.209	491
Suprimento de energia elétrica	813.214	763.298
Encargos de uso da rede elétrica	240.891	212.486
Materiais e serviços	333.989	282.655
Energia livre	160.826	142.274
Total	<u>1.583.128</u>	<u>1.401.204</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.885.675	-	(134.906)	167.597	-	(80.876)	1.837.490
CDI	700.728	-	-	98.941	-	-	799.669
Gastos com captação	(12.719)	-	-	3.389	-	-	(9.331)
Total moeda nacional	<u>2.573.684</u>	<u>-</u>	<u>(134.906)</u>	<u>269.926</u>	<u>-</u>	<u>(80.876)</u>	<u>2.627.828</u>
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.350.703	-	(547.075)	36.028	(73.392)	(39.057)	727.206
Euro	1.113.544	-	(1.119.220)	6.889	-	(1.213)	-
Íene	-	1.101.000	-	3.659	(163.649)	(5.578)	935.432
Marcação a mercado	(35.767)	-	-	7.297	-	-	(28.470)
Total moeda estrangeira	<u>2.428.480</u>	<u>1.101.000</u>	<u>(1.666.295)</u>	<u>53.873</u>	<u>(237.041)</u>	<u>(45.848)</u>	<u>1.634.169</u>
Total	<u>5.002.164</u>	<u>1.101.000</u>	<u>(1.801.201)</u>	<u>323.800</u>	<u>(237.041)</u>	<u>(126.724)</u>	<u>4.261.997</u>
Circulante	1.861.294						1.149.812
Não circulante	3.140.870						3.112.185

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.597.271	263.107	(84.905)	190.307	-	(80.105)	1.885.675
CDI	-	650.000	-	50.728	-	-	700.728
Gastos com captação	(13.378)	(2.315)	-	2.975	-	-	(12.719)
Total moeda nacional	<u>1.583.893</u>	<u>910.792</u>	<u>(84.905)</u>	<u>244.010</u>	<u>-</u>	<u>(80.105)</u>	<u>2.573.684</u>
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.656.930	197.000	(395.434)	40.542	(108.595)	(39.740)	1.350.703
Euro	1.530.681	-	(238.224)	5.662	(178.646)	(5.929)	1.113.544
Marcação a mercado	(44.162)	-	-	8.396	-	-	(35.767)
Total moeda estrangeira	<u>3.143.449</u>	<u>197.000</u>	<u>(633.658)</u>	<u>54.599</u>	<u>(287.241)</u>	<u>(45.670)</u>	<u>2.428.480</u>
Total	<u>4.727.341</u>	<u>1.107.792</u>	<u>(718.563)</u>	<u>298.609</u>	<u>(287.241)</u>	<u>(125.775)</u>	<u>5.002.164</u>
Circulante	771.157						1.861.294
Não circulante	3.956.184						3.140.870

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 28.470 (R\$ 35.767 em 31 de dezembro de 2022) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 32.840 (perdas de R\$ 33.568 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 32.b), geraram uma perda total líquida não realizada de R\$ 4.370 (ganhos de R\$ 2.199 em 31 de dezembro de 2022).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.837.490	1.885.675	2018 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI					
Notas Comerciais	CDI+0,96%	799.669	700.728	2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(9.331)	(12.719)		
Total moeda nacional		2.627.828	2.573.684		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 2,39% a 4,84% e US\$ + Sofr + 0,99%	727.206	1.350.703	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 0,43% a 0,79%	-	1.113.544	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
lenc	lenc + 1,20%	935.432	-	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(28.470)	(35.767)		
Total moeda estrangeira		1.634.169	2.428.480		
Total		4.261.997	5.002.164		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79% a 108,7% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2025	742.971
2026	1.111.795
2027	1.283.434
Subtotal	3.138.200
Marcação a mercado	(26.014)
Total	3.112.185

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
IPCA	5,19	5,79	42,89	37,44
CDI	12,65	13,65	57,11	62,56
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira						
Empréstimo bancário Lei 4131	1.101.000	Semestral	Parcela única em Janeiro de 2026	Capital de giro	YEN + 1,20%	CDI + 1,40%
	<u>1.101.000</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.959.118	-	-	550.151	(545.179)	3.964.089
IPCA	652.891	-	(244.250)	55.845	(31.038)	433.449
Gastos com captação	(15.530)	-	-	3.503	-	(12.027)
Total ao custo	4.596.479	-	(244.250)	609.499	(576.217)	4.385.511
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	750.000	-	10.175	-	760.175
Marcação a mercado	-	-	-	(14.952)	-	(14.952)
Total ao valor justo	-	750.000	-	(4.777)	-	745.223
Total	4.596.479	750.000	(244.250)	604.722	(576.217)	5.130.734
Circulante	260.095					279.250
Não circulante	4.336.384					4.851.484

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.391.713	3.942.000	(1.380.000)	287.144	(281.739)	3.959.118
IPCA	888.485	-	(280.678)	86.847	(41.763)	652.891
Gastos com captação	(9.066)	(8.922)	-	2.458	-	(15.530)
Total	2.271.133	3.933.078	(1.660.678)	376.449	(323.502)	4.596.479
Circulante	289.877					260.095
Não circulante	1.981.256					4.336.384

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 14.952, acrescidos dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 77.496, contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 92.448.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,96% a 1,50%	3.964.089	3.959.118	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,30% a 6,18%	433.449	652.891	2022 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(12.027)	(15.530)		
Total mensuradas ao custo		4.385.511	4.596.479		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA		760.175	-	2031 a 2033	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(14.952)	-		
Total mensuradas ao valor justo		745.223	-		
Total		5.130.734	4.596.479		

Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de CDI + 1,20% a 1,59% e IPCA + 4,98% a 5,30%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2025	53.327
2026	3.249.342
2027	435.024
2028	374.690
2029	754.054
Subtotal	4.866.436
Marcação a mercado	(14.952)
Total	4.851.484

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberado em 2023	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional - IPCA							
13ª Emissão - 1ª Série	199.538	199.538	Semestral	03 Parcelas Anuais a partir de outubro de 2031	Investimentos	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,43%
13ª Emissão - 2ª Série	550.462	550.462	Semestral	03 Parcelas Anuais a partir de outubro de 2033	Investimentos	IPCA + 6,1753%	CDI + 0,521%
	<u>750.000</u>	<u>750.000</u>					

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições

restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.988.342	6.263.349
Valor justo dos ativos do plano	(5.019.755)	(4.980.780)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u><u>968.587</u></u>	<u><u>1.282.569</u></u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	7.159.489	(5.180.252)
Custo do serviço corrente bruto	1.399	-
Rendimento esperado no exercício	-	(476.809)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(490.946)	382.478
Juros sobre obrigação atuarial	645.392	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(428.876)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	25.671
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	-
Benefícios pagos no exercício	(697.008)	697.008
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	6.263.349	(4.980.780)
Custo do serviço corrente bruto	903	-
Rendimento esperado no exercício	-	(514.680)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(105.687)	88.412
Juros sobre obrigação atuarial	620.717	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	67.112
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(68.284)	-
Benefícios pagos no exercício	(722.656)	722.656
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	5.988.342	(5.019.755)

* Conforme descrito na nota 18.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo atuarial líquido no início do exercício	1.282.569	1.979.237
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	89.664	241.519
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(402.475)	(428.876)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(68.284)	(354.932)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	67.112	25.671
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira *	-	(180.005)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	968.587	1.282.569
Conversão para dívida financeira	151.647	180.005
Outras contribuições	6.122	7.248
Total passivo	1.126.355	1.469.822
Circulante	429.799	451.846
Não circulante	696.556	1.017.976

* processo de conversão voluntária, descrito anteriormente.

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2024 estão apresentadas no montante de R\$ 401.066.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2024	564.619
2025	575.663
2026	585.822
2027	594.988
2028 a 2033	3.681.665
Total	<u>6.002.757</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,4 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2024 e as despesas reconhecidas em 2023 e 2022, são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	634	903	1.399
(Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	(17.275)	71.537
Juros sobre obrigações atuariais	554.637	620.717	645.392
Rendimento esperado dos ativos do plano	(480.058)	(514.681)	(476.809)
Total da despesa (receita)	<u>75.213</u>	<u>89.664</u>	<u>241.519</u>

Perda decorrente de liquidação voluntária do plano: refere-se à perda decorrente do processo de liquidação voluntária do plano de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins das demonstrações financeiras e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão e a data final da adesão foi 31 de janeiro de 2023.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,45% a.a.(*)	5,48% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability (-50)	Mercer Disability (-50)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2024, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2023.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Renda fixa	85%	75%
Títulos públicos federais	35%	37%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Outros investimentos de renda fixa	49%	37%
Renda variável	8%	17%
Fundos de investimento em ações	8%	17%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado ativo	95%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	3%	3%
Depósitos judiciais e outros	3%	3%
Não cotados em mercado ativo	5%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2024</u>
Renda fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
	100,0%

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2023 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais

são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 127.636 (redução de R\$ 122.323).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 152.722 (aumento de R\$ 151.109).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.484	1.695
Conta de desenvolvimento energético - CDE	52.418	28.645
Bandeiras tarifárias e outros	7	7
Total	<u><u>53.909</u></u>	<u><u>30.347</u></u>

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	140.865	-	31.341	28.772
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	52.359	-	13.161	11.547
Total	193.225	-	44.502	40.319
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	293.216	11.633	-	-
Programa de integração social - PIS	14.475	12.615	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	67.340	59.795	-	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	6.240	19.800	-	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	194.043	18.055	925.899	1.007.138
Outros	24.325	19.936	-	-
Total	599.639	141.833	925.899	1.007.138

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS – a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigo 73 e seguintes do RICMS). Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 que determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual “Vivest”), A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Como parte do acordo, referido saldo deverá ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo que de maio a dezembro de 2023 foram quitadas 8 parcelas no montante total de R\$ 10.824 e o saldo atualizado do parcelamento em dezembro de 2023 é de R\$ 1.119.942.

Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.716.086 (R\$ 1.814.280 em 31 de dezembro de 2022), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	96.481	19.442	93.078	21.614
Cíveis	97.082	8.750	93.154	6.257
Fiscais	73.331	88.239	11.569	81.043
Regulatórios	24.884	-	11.279	-
Total	291.777	116.431	209.080	108.914

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	93.078	7.403	(4.059)	(9.321)	9.380	96.481
Cíveis	93.154	42.031	(3.324)	(46.155)	11.376	97.082
Fiscais	11.569	66.728	(284)	(6.095)	1.412	73.331
Regulatórios	11.279	24.393	(154)	(11.899)	1.264	24.884
Total	209.080	140.556	(7.821)	(73.470)	23.432	291.777

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- Regulatórios** - os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	98.279	81.481	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	595.032	557.056	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	216.302	144.071	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	689.487	592.596	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	58.785	60.918	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>1.657.885</u>	<u>1.436.122</u>	

Fiscais – Conforme divulgado na nota 20 (Impostos, taxas e contribuições a recolher), em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada a Transação Tributária referente aos processos judiciais do Plano de Pensão – CPFL Paulista, nos quais é discutida a dedutibilidade para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“Vivest”). Desta forma, o montante referente aos processos judiciais foi registrado na rubrica de Impostos a Recolher, no montante de R\$ 1.025.193.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Consumidores e concessionárias	199.659	145.585	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	129.411	173.705	-	4.307
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	87.017	75.542	12.856	20.102
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	30.286	21.882	-	-
Adiantamentos	4.577	95.763	1.890	2.888
Folha de pagamento	8.537	8.299	-	-
Participação nos lucros	41.040	35.348	14.172	11.748
Convênios de arrecadação	58.333	54.637	-	-
Outros	10.547	9.641	2.199	2.551
Total	<u>569.408</u>	<u>620.402</u>	<u>31.117</u>	<u>41.596</u>

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,32 vezes o EBITDA em 2023 (2,78 vezes em 2022), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 – Aumento de capital

Através da AGO/E de 26 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022, sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$132.000 aprovado em dezembro de 2022, e (iii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 55.957.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 169.260 (R\$ 143.871 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, aprovados em AGE em março, junho, setembro e dezembro de 2023;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 264.972, utilizando-se o saldo da Reserva de reforço de capital de giro, aprovado em AGE de 20 de junho de 2023.

- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 445.406, que será deliberado na Assembleia geral ordinária em abril de 2024.

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 320.929 referente a dividendos e R\$ 220.711 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 541.640.

23.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 74.343.

23.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.686.610, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 275.653, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 755.233 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 655.724.

23.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.355.427 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);

23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2023</u>
Lucro líquido base para destinação	1.544.447
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(270.562)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(655.724)
Dividendos adicional proposto	(445.406)
Juros sobre o capital próprio	(169.260)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 655.724 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 270.562, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2024, mediante aprovação da Administração.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.544.447	707.238
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	1,75	0,80

Nos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.565.496	4.494.016	10.653	10.043	8.734.569	8.249.003
Industrial	25.878	24.829	1.680	1.846	1.272.816	1.378.980
Comercial	244.044	234.603	3.581	3.657	3.009.209	2.985.681
Rural	71.973	73.206	907	1.025	606.625	644.269
Poderes públicos	31.176	29.951	741	682	579.770	528.009
Iluminação pública	7.174	6.819	977	1.002	487.372	504.745
Serviço público	5.444	5.312	1.088	1.120	780.429	780.193
Fornecimento faturado	4.951.185	4.868.736	19.627	19.375	15.470.790	15.070.879
Consumo próprio	478	467	23	22	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	186.080	52.958
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(8.053.483)	(6.851.272)
Fornecimento de energia elétrica	4.951.663	4.869.203	19.650	19.396	7.603.387	8.272.565
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			74	85	39.608	39.468
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(15.117)	(13.264)
Energia elétrica de curto prazo			2.441	4.007	172.030	239.742
Suprimento de energia elétrica			2.514	4.092	196.521	265.946
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					8.068.600	6.864.536
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					2.770.836	2.365.487
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(48.635)	(33.884)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.577.797	2.042.451
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					748.745	(103.255)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					409.942	743.869
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários					813.947	735.810
Outras receitas e rendas					333.642	315.671
Outras receitas operacionais					14.674.874	12.930.685
Total da receita operacional bruta					22.474.781	21.469.196
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.740.206)	(2.274.438)
PIS					(285.819)	(253.852)
COFINS					(1.322.066)	(1.248.377)
ISS					(654)	(985)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(2.824.319)	(2.731.044)
Programa de P & D e eficiência energética					(128.803)	(121.213)
PROINFA					(148.890)	(150.756)
Bandeiras tarifárias e outros					-	229.491
Outros					(197.199)	(19.613)
					(7.647.956)	(6.570.788)
Receita operacional líquida					14.826.825	14.898.408

25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e

amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

25.2 – Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 04 de abril de 2023, a ANEEL publicou a REH nº 3.183, relativo à revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas em 3,36%, sendo 1,08% referentes ao reajuste tarifário econômico e 2,28% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,89%.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.058, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 2,44%.

Em 05 de abril de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.018, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas em 12,77%, sendo 11,54% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 14,97%.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2023, foi registrada receita de R\$ 813.947 (R\$ 735.810 em 2022), sendo: (i) R\$ 118.448 (R\$ 113.196 em 2022) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 598.010 (R\$ 492.227 em 2022) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 60.329 (R\$ 130.387 em 2022) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 37.160 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais A ANEEL, por meio da REH nº 3.165, de 13 de dezembro de 2022, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a março de 2023.

A REH nº 175, de 07 de março de 2023, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2023 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, cujos valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2021 até 2026.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

25.5 – ICMS: Suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.478	4.589	966.979	1.337.278
PROINFA	453	469	209.036	273.077
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	21.179	22.133	5.264.802	4.986.642
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(572.570)	(585.553)
Subtotal	26.111	27.191	5.868.247	6.011.442
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.718.704	1.482.134
Encargos de transporte de itaipu			164.554	127.791
Encargos de conexão			43.294	43.578
Encargos de uso do sistema de distribuição			27.962	24.893
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			77.879	242.218
Encargos de energia de reserva - EER			491.431	333.477
Crédito de PIS e COFINS			(233.450)	(208.500)
Subtotal			2.290.373	2.045.592
Total			8.158.621	8.057.034

(*) Conta de energia de reserva

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	355.939	330.930	-	-	51.624	48.247	130.670	102.141	-	-	538.233	481.319
Entidade de previdência privada	89.664	241.519	-	-	-	-	-	-	-	-	89.664	241.519
Material	98.926	104.735	979	794	657	692	8.562	7.428	-	-	109.124	113.650
Serviços de terceiros	195.530	205.667	1.646	1.851	140.876	130.615	177.432	125.740	-	-	515.485	463.872
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.577.797	2.042.451	-	-	-	-	-	-	1.577.797	2.042.451
Outros	3.080	1.845	30	61	36.822	41.289	133.969	325.927	51.683	50.646	225.584	419.768
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	36.274	40.825	-	-	-	-	36.274	40.825
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	9.571	8.726	-	-	9.571	8.726
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	96.336	309.416	-	-	96.336	309.416
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	46.410	47.753	46.410	47.753
Outros	3.080	1.845	30	61	547	464	28.062	7.786	5.273	2.893	36.994	13.049
Total	743.141	884.696	1.580.453	2.045.157	229.979	220.843	450.632	561.237	51.683	50.646	3.055.888	3.762.579

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	196.711	93.449
Acréscimos e multas moratórias	158.202	167.642
Atualização de créditos fiscais	330.762	397.847
Atualização de depósitos judiciais	8.993	-
Atualizações monetárias e cambiais	36.064	49.172
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	30.154	28.223
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	77.337	170.648
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(23.991)	(38.938)
Outros	18.053	(20.146)
Total	832.285	847.898
Despesas		
Encargos de dívidas	(858.432)	(516.907)
Atualizações monetárias e cambiais	(376.488)	(1.253.727)
(-) Juros capitalizados	16.271	22.695
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(31.911)	(23.999)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(254.639)	(280.119)
Outros	(88.627)	(43.503)
Total	(1.593.826)	(2.095.560)
Resultado financeiro	(761.541)	(1.247.662)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,38% a.a. em 2023 (7,13% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 367.624 (perdas R\$ 517.310 em 2022) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as

regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.544 (R\$ 13.314 em 2022). Este valor é composto por R\$ 8.606 (R\$ 11.995 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 188 (R\$ 127 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.750 (R\$ 1.192 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	8.405	5.063	3.165	2.125	-	-	(38.185)	(34.562)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.890	903	-	-	2.978	2.957	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	35.360	168.157	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	1.638	-	1.098	1.098	-	-	-	6.776
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	1.260	1.481	84.904	40.933	62	132	374.289	424.960
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	881	3.141	38.126	37.857	15.243	31.615	491.144	494.187
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	112.334	107.985	-	-	906.610	849.235
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	171.628	162.386
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	1.126.572	1.120.000	-	-	6.572	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	187	-	18.618	24.394	-	4.638	2.326	1.134

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 39.567 no exercício (R\$ 37.979 em 2022), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 3.192.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A com saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.126.572 MM (R\$ 1.120.000 MM em 31 de dezembro de 2022).

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	459.199
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	554.600
Garantia	Seguro Garantia	3.301.226
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		<u>4.648.699</u>

Determinadas apólices para cobertura e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;

- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos

financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível(*)	31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.485.637	1.485.637
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	199.364	199.364
Derivativos	32	(a)	Nível 2	106.067	106.067
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	9.148.138	9.148.138
Total				10.939.205	10.939.205
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.627.828	2.628.891
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.634.169	1.634.169
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.385.511	4.390.750
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	745.223	745.223
Derivativos	32	(a)	Nível 2	258.734	258.734
Total				9.651.465	9.657.767

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 7.655 em 2023 (uma perda de R\$ 8.395 em 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	30.447	(23.433)	7.015	22.398	(15.384)	US\$ + (Sofr 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 4,85%)	CDI + 0,80% a 1,05%	fev/24 a out/25	692.904
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(235.301)	(235.301)	(217.845)	(17.456)	lenc + 1,20%	CDI + 1,40%	jan/26	1.101.000
	<u>30.447</u>	<u>(258.734)</u>	<u>(228.287)</u>	<u>(195.447)</u>	<u>(32.840)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	75.619	-	75.619	(1.877)	77.496	IPCA + 6,1774% a 6,1753%	CDI + 0,494% a 0,521%	out/31 a out/35	750.000
Total	<u>106.067</u>	<u>(258.734)</u>	<u>(152.667)</u>	<u>(197.323)</u>	<u>44.656</u>				
Circulante	6.202	-							
Não circulante	99.865	(258.734)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	208.411	(445.576)	39.842	(197.323)
Marcação a mercado (*)	(33.568)	78.224	-	44.656
Total	174.843	(367.352)	39.842	(152.667)
Ativo circulante	143.474			6.202
Ativo não circulante	63.947			99.865
Passivo circulante	(18.228)			-
Passivo não circulante	(14.350)			(258.734)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2023	2022	2023	2022
Varição de taxas de juros	(1.877)	-	-	-
Marcação a mercado	77.496	-	-	-
Varição cambial	(443.699)	(510.020)	-	-
Marcação a mercado	456	(7.290)	272	2.645
Total	(367.624)	(517.310)	272	2.645

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2023 foi de R\$ 437.743 (R\$ 767.121 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(712.371)		(29.635)	155.866	341.368
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	719.450		29.930	(157.415)	(344.760)
	7.079	baixa dolar	295	(1.549)	(3.392)
Instrumentos financeiros passivos	(921.798)		(86.385)	165.661	417.707
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	948.882		88.923	(170.528)	(429.980)
	27.084	baixa iene	2.538	(4.867)	(12.273)
Total	34.163		2.833	(6.416)	(15.665)
Efeitos no resultado do exercício			2.833	(6.416)	(15.665)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar e R\$ 0,03 para o iene.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,04 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 4,16% e 9,37%, do dólar e do iene respectivamente em 31.12.2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.597.824				161.540	201.925	242.310
Instrumentos financeiros passivos	(4.763.758)				(481.616)	(602.020)	(722.424)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.682.673)				(271.218)	(339.023)	(406.827)
	(5.848.607)	alta CDI	11,65%	10,11%	(591.294)	(739.118)	(886.941)
Instrumentos financeiros passivos	(3.016.162)				(105.264)	(78.948)	(52.632)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	861.674				30.072	22.554	15.036
Ativo financeiro da concessão	9.148.138				319.270	239.453	159.635
	6.993.651	baixa IPCA	4,62%	3,49%	244.078	183.059	122.039
Ativos e passivos financeiros setoriais	(166.366)				(16.820)	(21.025)	(25.229)
	(166.366)	alta SELIC	11,65%	10,11%	(16.820)	(21.025)	(25.229)
Total	978.677				(364.036)	(577.084)	(790.131)
Efeitos no resultado do exercício					(364.036)	(577.084)	(790.131)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 32b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.525.090	58.039	-	-	-	-	1.583.128
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	17.672	297.839	1.199.437	2.150.014	1.315.751	-	4.980.714
Derivativos	32	-	-	-	258.734	-	-	258.734
Debêntures - principal e encargos	17	-	10.102	783.417	4.223.677	1.057.534	1.100.647	7.175.377
Taxas regulamentares	19	53.909	-	-	-	-	-	53.909
Outros	22	26.177	231.815	30.286	-	-	-	288.278
Consumidores e concessionárias		26.177	173.482	-	-	-	-	199.659
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	30.286	-	-	-	30.286
Convênio de arrecadação		-	58.333	-	-	-	-	58.333
Total		1.622.848	597.795	2.013.140	6.632.425	2.373.285	1.100.647	14.340.140

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2023, um valor de R\$ 16.271 (R\$ 22.695 em 2022) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda em 2023, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2022), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022.

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 4 anos	6.399.703	11.948.025	5.273.824	23.621.552
Compra de energia de Itaipu	Até 4 anos	942.524	2.159.372	957.767	4.059.663
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 4 anos	1.933.306	3.737.506	1.763.033	7.433.845
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	319.760	236.414	132.537	688.710
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	409.888	526.337	233.442	1.169.667
Total		10.005.180	18.607.654	8.360.602	36.973.437

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

***Companhia Paulista de
Força e Luz***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

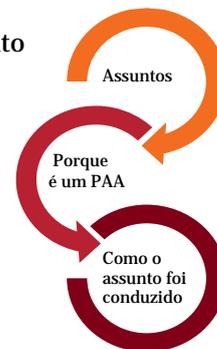
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia

Porque é um PAA

que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2023 somava R\$ 937.675 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro da concessão, Ativos contratual e Intangível (Direito de concessão - Infraestrutura), nos valores de R\$ 9.148.138 mil, R\$ 1.056.325 mil e R\$ 1.634.791 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.

Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional

Porque é um PAA

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).

O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens.

Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do ativo financeiro da concessão, ativo de contrato e do intangível (direito de concessão – infraestrutura), bem como as divulgações relacionadas, são razoáveis e consistentes com os dados e as informações recebidas.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Paulista de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Campinas, 21 de março de 2024.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com com Investidores